

EM TEMPO:
Leia no site da Adusp
manifesto da diretoria
sobre os acontecimentos
de 27/10 envolvendo
estudantes e a PM.

Adusp 35 anos, alegria e memória no Sarau

Alegria suscitada pelo reencontro de antigos camaradas. O excelente humor irradiado pelo principal expositor da noite, professor Modesto Carvalhosa, e que contaminou todos os presentes. A reiteração da importância da Associação dos Docentes da USP na luta pela democracia, bem como da necessidade de denunciar incansavelmente a Ditadura Militar (1964-1985), não deixando que seus crimes caíam no esquecimento. Tais fatos marcaram o Sarau realizado em 27 de outubro na sede da Adusp, na comemoração do trigésimo-quinto aniversário de fundação da entidade, criada em 1976.

O Sarau contou com a presença de vários ex-presidentes e ex-diretores, a começar por Carvalhosa, que encabeçou a primeira diretoria eleita, e Judith Klotzel, primeira mulher a presidir a Adusp. Foram homenageados pela professora Heloísa Borsari, atual presidente, todos os ex-presidentes da entidade, três deles já falecidos: Crodowaldo Pavan (que liderou a diretoria provisória), Braz Araújo e Jair Borin.

O professor Carlos Baldijão, que participou da gestão de Carvalhosa, foi incumbido de fazer um rápido comentário sobre o primeiro docente eleito para presidir a Adusp. Ele destacou o fato de Carvalhosa ser um advogado conceituado, seu envolvimento e preocupação com as questões urbanísticas e de meio ambiente — e as disputas que enfrentou, como a briga, afinal vitoriosa, para impedir que o governo demolisse o prédio do colégio Caetano de Campos.



Docentes e convidados prestigiaram o sarau de 27/10

Baldijão pontuou momentos decisivos das fases iniciais da Adusp, como a tentativa de realizar a SBPC na USP, depois que a Ditadura proibiu sua realização em Fortaleza, na Universidade Federal do Ceará; a luta contra o chamado “terceiro estágio”, que consistia na triagem ideológica dos candidatos a docente; a elaboração do *Livro Negro da USP* e a primeira luta salarial, em 1978 (governo Paulo Egydio); e a greve de 1979 (governo Paulo Maluf).

Emocionante

“É um encontro muito emocionante”, expressou o professor Carvalhosa ao iniciar sua exposição. Citou a professora Judith, “minha querida companheira de lutas, fazia tudo com juízo, ponderação e efetividade”, José Carvalheiro, “*enfant terrible* de Ribeirão Preto, grande professor”, Francisco Miraglia, “sempre um galã, dominava as assembleias”, Mário Gonzalez, “representante da comunidade latino-americana, queridíssimo amigo”, Luiz Menezes, “agitador político terrí-

vel, fazia articulações inacreditáveis, grande líder da greve”, e Baldijão, “companheiro inseparável, ficávamos conspirando o tempo inteiro”.

Ao rememorar as lutas travadas contra a Ditadura, Carvalhosa defendeu a participação da Adusp no debate político nacional. “Nossa luta tinha um discurso civil, não era um discurso político. Embora a finalidade fosse política, o discurso era civil”, explicou. Mas essa contradição não era a única: “Nossa greve na verdade não era salarial, era para abalar a autoridade do governo. Nunca recebi tantos aplausos como quando falei, numa assembleia: ‘Maluf, filho bastardo da Ditadura!’”

A Universidade tinha sido humilhada “no seu próprio seio”, lembrou Carvalhosa: “Alguns professores aproveitaram para cassar e perseguir seus colegas”. O enfrentamento dessa situação desagou no *Livro Negro* e na greve. “Era uma coisa muito prazerosa estar naquela luta por uma questão fundamental: a própria redenção do



Diretores de várias gestões celebraram os 35 anos

país. A Adusp teve uma presença importantíssima na redemocratização do Brasil”.

As atrocidades praticadas pelo regime militar não podem ser esquecidas, enfatizou o ex-presidente da Adusp: “É importantíssimo que não deixemos que a Ditadura Militar no Brasil passe para a história”, frisou. “Tem que ser um movimento permanente de reavivar esse fato: o Estado que rompeu sua relação com a sociedade, perseguiu, massacraram a sociedade, suprimiu os direitos humanos, deve ser lembrado para todas as gera-

ções. Devemos sempre comemorar, no sentido ambíguo da palavra, o fato de termos passado por uma Ditadura terrível. A Ditadura não pode voltar”, reforçou. Mencionou exemplos, como o caso da Argentina, que “não deixa passar a Ditadura para a história” e onde militares torturadores estão sendo condenados à prisão perpétua.

Ao final da exposição do professor Carvalhosa, a palavra foi franqueada ao público. A conversa foi animada por relatos espirituosos, seguidos de crepes e vinho.

Eleição de representantes docentes no Co

No dia 24/11 serão realizadas as eleições para representante dos MS-3 (à tarde) e MS-5 (manhã) junto ao Conselho Universitário (Co).

Como todos sabem, não se trata de uma eleição direta; os delegados (eleito-

res) serão eleitos nas unidades no dia 17/11. Como já é tradicional, realizaremos na Adusp uma reunião dos delegados eleitos de ambas as categorias para discussão sobre as candidaturas a representantes.

Fotos: Daniel Garcia

Vanhoni frustra plateia no debate sobre PNE

Fotos: Daniel Garcia

O Seminário sobre o Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), realizado em 17/10 no auditório do Colégio de Aplicação da USP com a participação dos deputados federais Ivan Valente (PSOL-SP) e Angelo Vanhoni (PT-PR), acrescentou novos elementos de crítica ao projeto de lei submetido à Câmara dos Deputados pelo Ministério da Educação.

O seminário foi iniciativa do deputado Valente, membro da Comissão Especial encarregada de apreciar o projeto de lei. O deputado Vanhoni, que é o relator do projeto, aceitou o convite para participar do debate na USP. Contudo, apesar de elogiado pelos presentes por sua disposição de ouvir diferentes pontos de vista, a participação do relator frustrou os participantes, pois ele não deixou claro o que pensa, e se aceitará emendas ou não.

Vanhoni precisou retirar-se antes do encerramento. Na rodada final do seminário, o professor Otaviano Helene, um dos debatedores, expressou o sentimento geral: “Eu estava pessimista antes. Agora, após a manifestação do relator, estou muito pessimista”. Vanhoni sequer anotou as observações surgidas no debate.

A diretora da Faculdade de Educação, professora Lisete Arelaro, afirmou que a existência de quase 3 mil emendas ao projeto “atrapalha, de um lado, mas também traduz que o texto não é o documento de consenso que se esperava”, após a realização da Conferência Nacional da Educação (Conae), em 2010. Lisete considerou “no mínimo extravagante” a decisão de não incluir no plano um diagnóstico.

Ela destacou, como principais problemas do PNE, o financiamento insuficiente, na perspectiva do ensino público e estatal (“sem recurso não há educação de boa qualidade”); a quase total ausência,

no texto, do conceito de Sistema Nacional de Educação, o que se torna mais grave diante do crescimento exagerado dos sistemas privados de ensino, com o ingresso de conglomerados transnacionais, o que torna necessário legislar a respeito; o “viés privatizante, da educação infantil à pós-graduação *lato sensu*”.

“Recuos”

O professor Helene traçou uma síntese dos problemas da educação nacional, citando que entre 800 mil e 1 milhão de professores licenciados “estão fora da sala de aula, porque não encontram condições de trabalho”. Lembrou que 30% dos estudantes sequer concluem o ensino fundamental, que o Brasil ostenta um dos piores índices de conclusão do ensino superior na América do Sul e de analfabetismo juvenil, e que diversas metas do PNE 2001-2010 foram descumpridas, havendo até recuos em alguns casos.

“Os empresários estão entrando no processo para disputar a agenda educacional e colocá-la a serviço do processo produtivo, fazer do ensino um subsistema do processo produtivo”, declarou o professor Luiz Carlos de Freitas, da Unicamp. O empresariado, explicou, passou a ver a educação “como elemento central no processo de reprodução do capital”.

Os pilares da agenda empresarial seriam três: a responsabilização, na esfera da União, e a meritocracia e privatização, na esfera dos Estados. “A lei de responsabilização norte-americana está tomando corpo no Congresso brasileiro”, disse o professor. Freitas chamou a atenção para a necessidade de revisão da Estratégia 7.3 do PNE (que prevê a “fixação de metas intermediárias” e “pactuação voluntária entre os entes”, com base no IDEB), porque se trata de “uma ponta-de-lan-



Mesa do seminário, vendo-se ao centro os deputados Valente e Vanhoni, e plateia

ça do condicionamento por meio da responsabilização”.

“O resultado dessas políticas será a privatização e a destruição do ensino público em dez anos”, vaticinou. Segundo Freitas, tais políticas podem até manter a gratuidade do ensino público, mas pretendem privatizar a gestão das instituições públicas por meio de contratos de gestão. Por isso, a consigna do movimento social, no seu entender, deve passar a ser “defesa da escola pública com gestão pública”.

Ele também defendeu a supressão da Estratégia 7.25, “porque amarra a educação brasileira ao PISA”, o que na sua opinião atenta contra a soberania do Brasil, uma vez que tal índice é mantido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Desafios

A professora Líghia B. Horodynski-Matsushigue, do GT Educação da Adusp, apresentou uma série de transparências para sustentar suas afirma-



ções. No seu entender, os maiores desafios para a educação brasileira são a “real valorização dos professores da Educação Básica, reais oportunidades de inclusão das crianças na primeira infância e verdadeira Educação Superior para fazer a diferença num mundo robotizado”. Para ela, sem valorização dos docentes da Educação Básica “não há saída para a Educação brasileira: as vagas abertas nas licenciaturas nem sempre são preenchidas, mesmo nas disputadas universidades públicas”.

Tendo em vista estatísticas da Capes para o ano de 2009, Líghia mostrou que menos de 50% dos professores com formação específica atualmente necessários para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio foram formados nos últimos 25

anos. Ou seja, da demanda por 726 mil professores apenas 354 mil dispõem de formação adequada. A situação é ainda mais dramática, pois nem todos os formados atuam como professores na área da formação. Particularmente chocante é o exemplo do ensino de Física: para uma demanda de 57 mil docentes, existem pouco mais de 18 mil licenciados, dos quais somente 6 mil atuantes na área.

De acordo com a professora, a meta de alocar recursos da ordem de 7% do PIB até 2020 “é insuficiente para cumprir até as metas mais modestas do Plano recém-encerrado com alguma qualidade”. Ela defendeu a duplicação dos recursos públicos para a Educação, “isto é, dos atuais menos do que 5% do PIB para, pelo menos, 10%, antes de 2020”.

PNE 2011-2020, ensino superior e perguntas que não calam

O “novo” PNE, encaminhado pelo Executivo federal às vésperas do Natal de 2010, como PL 8.035, pode ser levado em breve à apreciação da Câmara dos Deputados. A Comissão Especial, constituída com o objetivo de produzir e votar parecer a respeito do PL e de suas 3 mil emendas, pretende concluir esse processo proximamente.

É hora, pois, de aprofundarmos a análise das possíveis consequências de uma aprovação desse PNE. Para além da já amplamente reconhecida insuficiência de recursos para as ambiciosas metas propostas, há outros perigos para a educação pública de qualidade, escondidos nas linhas e entrelinhas das estratégias que lá foram associadas a cada meta.

A insuficiência de recursos é parte importante da problemática que se apresenta, contudo adicionalmente parece haver uma intencionalidade em favorecer o setor privado da educação, em particular no nível superior. Se não, vejamos.

Por que determinar a duplicação das matrículas nesse nível (até 2020) se, já hoje, no setor privado a relação é de um candidato por vaga? Se a relação ingresso-vaga é menor ainda e mais de 75% das matrículas já estão concentradas nesse setor? (Meta 12)

O que se quer dizer com “otimizar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públi-

cas de educação superior mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e *interiorizar* o acesso à graduação”? (Estratégia 12.1; destaques nossos)

FIES na pós?

Por que, na determinação de ampliar pós-graduação para formar 60 mil mestres e 25 mil doutores ao ano, utilizar a estratégia “expandir o FIES à pós-graduação *stricto sensu*, especialmente ao mestrado profissional”? (Estratégia 14.3)

Por que incentivar a formação de profissionais (em especial licenciados em áreas-chave) por meio do EaD, se, majoritariamente, a iniciativa privada já está tentando utilizar essa via, inadequada para a formação inicial, como meio de *baratear custos*? (Estratégias 10.3; 11.3; 12.2; 14.4)

Adicionalmente, por que o Sistema S é chamado a *colaborar* em relação a quase todas as metas dos níveis básicos? (Estratégias 3.5; 6.4; 8.4; 10.6 e 11.5)

Por que, inclusive contrariando decisão da Conae, “estimular a *oferta de matrículas gratuitas* [?] em creches por meio da concessão de certificação de *beneficente de assistência social na educação*” (destaques nossos)?

O GT-Educação vem analisando essas e outras questões, desde fins de janeiro, e continuará compartilhando as preocupações daí decorrentes.

Campanha por 10% do PIB para educação, lançada em 7/10, terá plebiscito nacional

O auditório do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, foi palco do lançamento oficial da campanha “10% do PIB para a Educação Pública, Já!”, no dia 7/10. Convocado pelo Andes Regional São Paulo, o ato contou com a presença de entidades e movimentos sociais, como CSP-Conlutas, DCE-USP, ANEL, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Adunesp, Adusp e outros. A mobilização em torno de um plebiscito nacional foi um dos principais pontos levantados.

A coordenação nacional da campanha reuniu-se em 24/10, fixando a data do plebiscito, entre 6/11 e 6/12, e definindo a pergunta que será dirigida à população: “Você concorda com o investimento de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) na Educação Pública já?”

No ato de lançamento, o professor Francisco Miraglia, representante do Andes-SN, explicou o mote da campanha. “Por que o PIB? Porque é o padrão internacional usado para medir a aplicação de recursos nos direitos sociais como a saúde, educação, transporte, justiça. No nosso caso estamos focando na educação. Vamos criar uma importante pressão política sobre o governo no sentido de que educação seja efetiva prioridade do ponto de vista de financiamento neste país”.

O objetivo é fazer um trabalho político na sociedade, por meio da coleta de assinaturas num abaixo-assinado *on line* (mais de 200 mil pessoas já assinaram) e da distribuição de cartazes, visando à realização do plebiscito. “A realização desse ple-

biscito depende do nosso trabalho. Ele não está garantido, mas é a nossa perspectiva”, anunciou o dirigente do Andes-SN.

“Muitos aderiram a essa campanha por entenderem que é de interesse do conjunto da população brasileira, na medida em que a população trabalhadora, que carrega o país nas costas, tem que ter os seus filhos na escola pública. Portanto, essa campanha não pode ser vista como uma campanha corporativa do setor educacional”, ressaltou Mauro Puerro, dirigente da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas.

“Alarmante”

De cerca de 300 metas do PNE 2001-2010, mais de 80% não foram cumpridas, segundo Puerro. “O Brasil investe hoje 4% do PIB na educação. Isso chega a ser inferior ao que Botsuana, país extremamente miserável, dedica ao mesmo fim. Só para se ter uma ideia, segundo o próprio Tesouro Nacional, são destinados 23,4% do PIB só para a dívida externa”.

Camila Lui de Souza, diretora do DCE-USP, ressaltou que apenas 13% dos estudantes frequentam universidades e que esse quadro é alarmante. Por isso, defende a importância dos 10% do PIB para que tal mudança ocorra em caráter de urgência. “Essa pauta da campanha agrega muitos setores, unindo forças para que ocorra, de uma vez por todas, avanço na educação”.

Seguindo a mesma linha, a representante da ANEL, Arielli Tavares Moreira, também acredita na necessidade de mudanças. “É hora de transformar toda essa indignação em ação. Somos contra um Congresso que se-

gue reafirmando as políticas de educação e que em nenhum sentido resolve os problemas que a gente tem hoje na educação. Vivemos uma situação caótica. Mais de 10% da população brasileira é analfabeta. Esta é uma realidade que precisa mudar, e mudar logo”, declarou.

“A principal mensagem que a gente tem que tirar daqui hoje”, disse o professor Antônio Luis de Andrade, representante da Adunesp, “é que cada um de nós tem que voltar para sua sala de aula, para o seu bairro, para o seu movimento social popular, para o seu sindicato, com vontade política de construir essa campanha, de construir este plebiscito e de fazer com que seja vitorioso”. Desse modo, acrescentou, o povo brasileiro poderá “dizer em alto e bom som quais são as demandas desse país para que a gente possa educar gerações com qualidade e respeito”.

Maria das Dores Cerqueira, coordenadora do MTST, expôs a dificuldade das mães que não têm oportunidade de trabalhar por não ter com quem deixar seus filhos. “Estamos aqui porque a reivindicação é justa e não cabe só aos professores. Cabe ao movimento popular, pois os nossos filhos estão na escola e a gente precisa de uma educação de qualidade, de mais escola, de creches. Nós vamos levar essa discussão aos acampamentos, às comunidades, às associações de bairro. A gente vê que os professores ganham um salário miserável e isso é uma vergonha para o nosso país. Não vamos ficar de fora dessa campanha de maneira nenhuma”, prometeu.

Mudança de sede: demora injustificável da Reitoria

Como noticiamos nas edições 330 e 331 do *Informativo Adusp*, no final de julho a Reitoria solicitou que a Adusp deixe o espaço que ocupa, em função da reforma do prédio da Antiga Reitoria. Ao mesmo tempo, colocou em dúvida a legalidade da cessão de espaços no campus para o funcionamento de sindicatos.

A pedido da Reitoria, encaminhamos documentação, que incluía pareceres da então Consultoria Jurídica (CJ) da USP, hoje Procuradoria Geral (PG), datados de 2009, que manifestam não haver impedimento legal para esse procedimento, tendo inclusive respaldado a cessão de espaço, no campus de Ribeirão Preto, para a subsede da Adusp, em abril de 2010, já na gestão Rodas.

No final de agosto, recebemos documento intitulado “Termo de Ajuste Para a Con-

tinuidade de Utilização de Espaço”, por meio do qual a Reitoria pretendia formalizar o processo de negociação de um espaço provisório, já proposto, e previa a cessão de um espaço definitivo para a Adusp, desde que não houvesse restrições legais. A nosso pedido, no dia 6/9, uma comissão formada por diretores, membros do Conselho de Representantes e do GT-Jurídico da Adusp reuniu-se com o reitor e seu chefe de Gabinete, para discutir o “Termo de Ajuste”.

Propusemos, na ocasião, alterações que objetivam assegurar prazos para a negociação de espaço para a sede definitiva, além de reafirmar

a compreensão de que inexistem óbices legais a essa concessão. Novamente, a Reitoria solicitou que encaminhássemos documentação, o que foi feito em 9/9. A Reitoria, então, encaminhou novamente à PG os documentos que apresentamos.

Injustificável

Para tentar agilizar o processo, encaminhamos ofício ao reitor no qual solicitávamos informações sobre os locais disponíveis para uma futura sede definitiva. Além disso, a nosso pedido, colegas da FAU elaboraram um projeto para a utilização do espaço que nos está sendo oferecido, como sede provisória,

localizado no prédio da Administração da Prefeitura.

Estamos insistindo com a Reitoria, há várias semanas, para que agende nova reunião com a Adusp, a fim de avançarmos na discussão sobre o “Termo de Ajuste”. Sem sucesso. A resposta tem sido sempre a mesma: a PG ainda não se manifestou sobre a documentação por nós apresentada mais de sete semanas atrás!

Cobramos também a resposta às questões formuladas no ofício acima mencionado, acerca dos locais disponíveis para a sede definitiva. A resposta da Reitoria é de que não pode indicar locais antes que a PG emita

seu parecer sobre a documentação que encaminhamos... Enquanto isso, a obra no prédio da antiga Reitoria avança e as condições de trabalho, para diretores e funcionários da entidade, pioram a cada dia: uma grande quantidade de pó já nos impede de abrir as janelas das salas da sede; o ruído é grande.

De quantas semanas mais a PG precisa para orientar o reitor? Por que o reitor não se reúne com a Adusp? Por que não dá prosseguimento ao processo de negociação? Tal situação configura um desrespeito para com a Adusp e nos parece injustificável.

Consciência Negra

O Mês da Consciência Negra na USP, organizado pelo Núcleo da Consciência Negra (NCN) com apoio da Adusp e de várias outras entidades, teve início no dia 27/10 com um debate sobre “Inclusão Étnico-Racial nas Universidades Brasileiras”. Do programa de atividades constam oficina e apresentação do filme *Bróder* seguida de debate, em 3/11; seminários sobre racismo, luta de classes e questões correlatas em 9, 11 e 17/11; e por fim a Marcha da Consciência Negra, em 20/11. Mais informações pelo telefone (11) 3091-4291 ou em www.adusp.org.br

Gestão de Políticas Públicas, um curso inovador

Desde a edição 326, o Informativo Adusp vem publicando uma série de textos sobre os novos cursos da USP. A nosso pedido, os professores Fernando Coelho e Cecília Olivieri, coordenadores do curso de GPP, enviaram o texto a seguir:

*

O bacharelado em Gestão de Políticas Públicas (GPP) é uma das inovações no ensino superior brasileiro concebidas pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP). Trata-se de uma formação acadêmica voltada ao estudo e à pesquisa sobre formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. A gestão é compreendida no âmbito da reflexão e da ação, com a confluência de áreas de conhecimento das ciências sociais, das ciências econômicas, da administração pública e do direito.

Assim, o bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP é per se um

curso interdisciplinar de análise de políticas públicas e gestão pública, inovador em relação às experiências de ensino no Brasil tanto de políticas públicas no âmbito dos cursos de graduação em Ciências Sociais como de gestão pública no âmbito dos cursos de graduação em Administração Pública.

O curso de GPP da EACH-USP é pioneiro no Brasil. No último triênio, considerando a ideia e o design curricular de nosso bacharelado, surgiram cursos de graduação em GPP e similares em instituições de ensino como UnB, Unicamp e universidades federais do ABC (UFABC), de Minas Gerais (UFMG), do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Paraíba (UFPB) e do Rio Grande do Norte (UFRN).

Inserção

Em linhas gerais, o profissional formado em GPP pode atuar em amplo leque de instituições e em várias atividades re-

lacionadas à produção de bens e serviços públicos. Nossos ex-alunos trabalham atualmente no setor governamental (onde são efetivados por concurso público e por nomeação para cargos de confiança), em organizações não governamentais (ONGs, movimentos sociais, partidos políticos) e também em empresas privadas (em setores como os de relacionamento com o setor público ou com a sociedade). Eles têm grande oportunidade de inserção, ainda, em cursos de pós-graduação e na área de pesquisa científica, como mestradados e doutorados em ciências sociais, administração pública e áreas correlatas.

O índice de inserção profissional dos ex-alunos do curso é muito alto, o que decorre da valorização, pelo mercado de trabalho e pela academia, da formação multidisciplinar/interdisciplinar de nossos alunos e de sua capacidade de articular o conhecimento teórico com a atuação prática,

dada a experiência do aluno ao longo do curso em estágios, atividades de extensão e de iniciação científica.

As oportunidades de emprego para os egressos de GPP estão em expansão, pois o setor governamental abre concursos com frequência e precisa de profissionais especializados na gestão de políticas públicas. As oportunidades no “terceiro setor” e nas empresas privadas também estão em expansão, devido à sua necessidade de profissionais com formação ampla e conhecimento das questões públicas e governamentais. A maior parte das vagas é no setor público, tanto para cargos preenchidos por concurso público quanto para os de livre nomeação. O mercado abrangido o território nacional, pois o setor governamental está presente em todas as cidades, e o “terceiro setor” não está mais concentrado nos grandes centros urbanos, está presente em todas as regiões.